XXXII Encontro Anual de Iniciação Científica
IX Encontro Anual de Iniciação Científica Jr.
EAIC 2023

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Lisiane Camila Pereira (FA), Georgiane Garabely Heil Vazquez (Orientador), e-mail:gghvazquez@uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa / Departamento de História

História, História das Ciências

Palavras-Chave: *Políticas Públicas, Gravidez na Adolescência, Prevenção, Profissionais da Saúde.*

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo principal compreender a importância das políticas públicas para o combate e enfrentamento da gravidez na adolescência. Este estudo é de caráter qualitativo, no qual foi utilizado como metodologia de pesquisa a revisão integrativa. Apesar de ser um problema de saúde pública, não existem Políticas Públicas específicas para solucionar a questão da gravidez na adolescência. As ações existentes são prioritariamente campanhas, em grande parte pontuais e restritas a adolescentes de baixa renda. Assim, há necessidade que haja investimento em capacitação profissional e ampliação de ações de combate e prevenção da gravidez indesejada.

Introdução

No Brasil a gravidez na adolescência é considerada como problema de saúde pública, pois compreende-se que tanto a adolescência quanto a gestação são momentos delicados da vida, que há intensificação das vulnerabilidades. Para combater a gravidez na adolescência é de extrema importância que haja uma política de planejamento familiar adequada, envolvendo a atuação educativa direta do profissional da saúde, e também um fornecimento regular dos métodos contraceptivos junto ao acesso integral aos serviços de saúde, que são legalmente garantidos pela política de saúde.

Materiais e Métodos

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura. Foram selecionados 12 artigos das plataformas LILACS, SciELO, Portal Capes, entre os anos de 2016 a 2022, e 8 documentos técnicos governamentais.

Resultados e Discussão

As políticas públicas para adolescentes foram incluídas nas pautas de governo apenas no século XX, a partir do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A primeira política pública de saúde direcionada aos adolescentes foi o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), criado em 1996, onde sua proposta era educar, prevenir e garantir informações sobre métodos e técnicas contraceptivas. No ano de 2004 foi criado a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes onde reforçou objetivos do PROSAD e incluiu a questão do melhoramento no acesso à saúde para adolescentes e a sensibilidade dos profissionais para com as demandas e necessidades do público. Em 2007 é implementado o Programa Saúde nas Escolas (PSE), no qual tem como objetivo reforçar os laços entre a saúde e a educação e formar uma rede intersetorial de prevenção, promoção e atenção à saúde de crianças e adolescentes (BRASIL, 2007). Atualmente, o Programa Saúde na Escola vem se apresentando como a principal política pública de atenção à prevenção da gravidez na adolescência no Brasil, por ser o de maior abrangência e efetividade. Devido a baixa frequência de adolescentes frequentando as Unidades Básicas de Saúde, os profissionais de saúde devem criar estratégias articuladas a política de educação, a fim de ampliar a participação dos adolescentes no processo educativo sobre a sexualidade. Para realizar a prevenção, é necessário trabalhar com os adolescentes através do diálogo, de forma que possa combater os tabus que estão relacionados com a sexualidade e reduzir o número de jovens em estado de vulnerabilidade diante das ISTs e gravidez precoce e/ou indesejada.

Conclusão ou Conclusões

Conclui-se com esta pesquisa que no Brasil há carência de políticas públicas específicas para solucionar o problema da gravidez na adolescência. Para amenizar este fenômeno é necessário realizar investimentos para a melhoria dos determinantes sociais, realização de campanhas nas escolas, promoção de capacitação de profissionais de saúde e criação de estratégias eficientes que despertem nos adolescentes a vontade de reconhecer os seus direitos e suas responsabilidades sobre o próprio corpo e comportamentos.

Agradecimentos

Meus agradecimentos à Universidade Estadual de Ponta Grossa, à professora orientadora Georgiane G. H. Vazquez que me auxiliou neste processo de construção e à minha família que me forneceu todo apoio.

BRASIL. Decreto n°6.286, de 5 de Dezembro de 2007. Brasília: 2007. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 14 fev. 2023.